

OLIVEIRA, Gustavo; DOWBOR, Monika (orgs.). *Movimentos sociais e autonomias: imaginação, experiências e teorias na América Latina*. Marília: Lutas Anticapital, 2023. 369p.

### Maria da Glória Gohn

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Pós-doc em Sociologia pela New School University, Nova York, EUA. Profª. Titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Profa. Visitante Sênior da UFABC. PQ CNPq 1A. Foi profa. visitante das Universidades de Córdoba e Complutense de Madri. Bolsista da Fundação Rockefeller em Belágio/Itália, e da Unesco. Coordenadora CP Movimentos Sociais da SBS. Atua nos seguintes temas: movimentos sociais, coletivos, participação social, educação não formal, associativismo, cidadania e políticas públicas. Publicou 22 livros e inúmeros artigos.

*Movimentos sociais e autonomias: imaginação, experiências e teorias na América Latina*, organizado por Gustavo Oliveira e Monika Dowbor, é um livro singular no campo de estudos sobre os movimentos sociais. Composto de 10 capítulos divididos em três partes temáticas, sua singularidade começa pela forma da apresentação: bilíngue, em português e em espanhol. Seus capítulos são apresentados ora em português, ora em espanhol, e seus autores são analistas e alguns militantes de movimentos, cruzando posturas militantes e acadêmicas. Os referenciais teóricos dialogam com algumas teorias latino-americanas sobre as ações coletivas e com teorias clássicas, especialmente na temática da autonomia, que é o foco do livro. A grande contribuição do livro está no debate teórico sobre diferentes concepções de autonomia e nas pesquisas e nos estudos de caso citados ou analisados, muitos deles pouco conhecidos do grande público da área temática.

De início, o livro tem um prólogo instigante, escrito por Raúl Zibechi, que destaca o papel central dos coletivos no mundo zapatista e a construção de uma “economia política” anticapitalista em torno da não propriedade, da gestão coletiva e do trabalho em comum. Zibechi destaca sete características dos processos de construção de autonomia, muitas delas desenvolvidas ao longo dos capítulos por seus autores. A apresentação, escrita pelos organizadores do livro, desconstrói velhas dicotomias, arraigadas no campo de estudos sobre os movimentos sociais, como autonomia *versus* cooptação, entre outras. Ao destacarem a diversidade identitária dos movimentos e suas trajetórias históricas de relacionamentos, os organizadores concluem que as práticas de autonomia são construídas e reconstruídas, assim como seus significados. Agrupam os estudos em três blocos: o institucionalista, o marxista e o anarquista, objetivando “descapsular” (termo dos autores) os conceitos e as teorias ao redor das ideias de transformação social, movimentos sociais e autonomias, e suas relações com o estado e com o capital na América Latina.

A primeira parte do livro apresenta quatro capítulos que polemizam sobre a polissêmica categoria de autonomia, percorrendo uma revisão da literatura na América Latina nos últimos 30 anos, feita por Gustavo Oliveira e Massimo Maldonesi, que distingue cinco linhas de teorização sobre a autonomia, tratada como conceito, a saber: autonomia como negação, como independência, como contrapoder (e poder popular), como emancipação e como comunidade. Trata-se de um dos principais capítulos do livro pela riqueza de autores e abordagens citadas, assim como pela clareza nas diferenças ou aproximações. O segundo capítulo passa pelo resgate da categoria “autonomia” em Cornelius Castoriadis (1922-1997), feita por Marcelo Lopes de Souza, ao indagar “qual autonomia?”. O autor reconstrói o percurso intelectual e político de Castoriadis, desde a crítica de Kant (1724-1804) aos debates no grupo Socialismo ou Barbárie, com Claude Lefort (1924-2010) e outros. A obra de

Castoriadis é apresentada na linha histórica daqueles tempos ao destacar a construção da categoria autonomia, especialmente no livro *A instituição imaginária da sociedade*. Esse capítulo deve ser lido por todos aqueles que se interessam pelo tema dos movimentos sociais e seu papel nas mudanças na sociedade. Castoriadis tem sido um tanto esquecido na atualidade, e preciso lembrar que ele, assim como Herbert Marcuse (1898-1979), foram lideranças intelectuais de boa parte da juventude da década de 1960 (especialmente de Maio de 68) e suas rebeliões em várias partes do mundo.

O debate sobre autonomia e autogestão é feito por Eduardo Enrique Aguilar no terceiro capítulo, discutindo níveis de autogestão e trazendo exemplos relevantes nos estudos na América Latina, entre eles o de José Luiz Coraggio (1938-). Esses estudos apresentam outra face da realidade cotidiana, oposta à violência e à brutalidade expostas nas mídias. Organizações de corte comunitário e solidário, com atos contra insurgentes de outra natureza, são debatidos, para contrastar o colapso socioecológico nos sistemas alimentícios, hídricos e energéticos e o crime organizado que assola a América Latina.

A primeira parte encerra-se com o capítulo de Ignácio Gaiger sobre o protagonismo autonomista nos coletivos, uma forma diferente de organizar a ação coletiva de grupos por suas práticas, seus fundamentos, seus objetivos, seus projetos, e sua visão de mundo e de sociedade. Gaiger trata-os como uma forma de ativismo que tem contrastes com as formas anteriores de mobilização social. O artigo faz uma breve revisão da literatura recente sobre o tema. Destacam-se pontos relevantes dos coletivos, tais como uma (relativa) igualdade e horizontalidade entre os participantes fazendo com que haja alternância de cargos, não funções fixas de comando. Valorizam as experiências pessoais vivenciadas no coletivo, assim como mudanças subjetivas que essas experiências propiciam a seus membros. Combinam-se ação direta com objetivos efetivos e tangíveis, em ações locais, envolvendo causas de interesse de certos setores sociais ou grupos identitários, eu diria. Podem associar-se ou não a movimentos sociais (feministas, ecológicos etc.) ou derivarem deles. Há coletivos sociopolíticos com foco na esfera política de poder para interferir na institucionalidade política, a exemplo dos mandatos coletivos. Uma grande contribuição é dada no artigo ao trazer à luz vários exemplos de coletivos, no Brasil e em outras partes do mundo. Ao final, discute-se o valor capital da autonomia para essa modalidade organizativa de ações coletivas, ao negar a ordem social vigente e adotar o princípio de fazer diferente, alternativo, autogestionário, introduzindo inovações, preocupando-se não com um mundo futuro, mas com o mundo de hoje.

A segunda parte do livro é composta de três capítulos e focaliza mais especificamente a dicotomia: autonomia *versus* cooptação e autonomia *versus* dependência. O primeiro capítulo é escrito pelos organizadores da obra, Gustavo Oliveira e Monika Dowbor, e aborda a dinâmica das ações autônomas dos movimentos sociais, a partir da década de 1990, no período de redemocratização, reformas neoliberais do Estado e projetos participativos em algumas administrações públicas. Os autores observam que a autonomia como termo nativo e categoria analítica foi perdendo a centralidade, especialmente na questão da relação movimentos e Estado, e foi sendo substituída por outras categorias de caráter mais relacional, como interdependência, repertórios de interação, formas de conexão, coalizões de defesa etc. Um número grande de autores, especialmente do Brasil, é citado como fontes referenciais da nova fase, na qual a abordagem relacional, dos movimentos com o Estado, é adotada; abordagem essa que vê a relação como um processo de constituição mútua, tanto para movimentos como para o Estado. O capítulo dá uma contribuição aos leitores ao apresentar uma tipologia em que se elabora uma síntese das condições necessárias para que se produza uma ação



autônoma dos movimentos sociais. A tipologia se divide em três eixos: autonomia dos movimentos sociais além do estado, autonomia apesar do estado e autonomia com o Estado, gerando três processos nos quais as contradições do Estado, ou do sistema capitalista, são “recorrentemente identificadas, expostas e mais ou menos superadas pelos movimentos em seus cotidianos” (OLIVEIRA; DOWBOR, 2023, p. 194).

O segundo capítulo da segunda parte foi escrito por Luís Antônio Groppo, Gislene da Silva, Emerson C. Carvalho Souza e Vitória Neres Soares, e aborda os coletivos nas Jornadas de Junho de 2013. Foi realizado um levantamento de citações e análises na base de dados do Scielo, Portal de Periódicos CAPES etc., e em referenciais teóricos sobre repertório de protestos, movimentos sociais, juventude e formação política, presentes em diversos autores que analisaram as Jornadas, tais como Paolo Gerbaudo, Angela Alonso, Pablo Orteltado e outros. Os autores do capítulo adotam o modelo analítico de Angela Alonso, que criou uma tipologia sobre os repertórios (autonomista, socialista e patriota), e apresentam como foram tratados os repertórios de contestação, cidadanismo e as ambiguidades políticas nos atos de protesto. Analisaram-se as formas de organização e de ação e as pautas dos coletivos presentes. Um item relevante diz respeito à formação política e à trajetória dos ativistas presentes nos atos. O capítulo destaca, ao final, entre outros pontos, a participação dos autonomistas no início das Jornadas, e a combinação de suas pautas e formas de ação com os ativistas do campo socialista, quando as Jornadas avolumaram-se, com expressivo número de participantes nas ruas.

O terceiro capítulo da segunda parte é da autoria de Alana Moraes e tem um título tão instigante quanto seu conteúdo: “O giro das autonomias cosmopolíticas na América Latina: frustrar a catástrofe, se esquivar do progressismo”. Seguindo uma linha de busca de uma genealogia para a categoria, a autora define autonomismo como algo que “tem a ver mais com uma disposição ética e política libertária para a experimentação coletiva localizada e associativa de práticas de liberdade, cujo sentido é sempre acompanhar e estar aberto a acompanhar a força do movimento e das lutas coletivas no terreno da vida contra as posições e lugares de enunciação transcendentais do poder” (OLIVEIRA; DOWBOR, 2023, p. 246). Ela trata a autonomia no campo de uma ecologia política mutualista ou cosmopolítica, com base em práticas de sujeitos que não querem apenas denunciar os problemas do capitalismo, mas que têm experiências que fomentam uma ecologia política mutualista, a exemplo de povos originários, indígenas, quilombolas, ribeirinhos tradicionais etc. A autora apoia-se num leque de referenciais importantes, muitos advindos da filosofia, e não tão citados nos estudos sobre os movimentos, como Isabelle Stengers e Bruno Latour, assim como autores latino-americanos que discutem os territórios a partir de posições decoloniais, a exemplo de Arturo Escobar. Com esse referencial, ela cita análises sobre a crise climática e ambiental. Considero que esse capítulo é um dos mais promissores, enquanto contribuição do livro, para entendimento e busca de alternativas para a crise ambiental atual no planeta, assim como as lutas de resistência dos povos originários indígenas para poder existir.

A terceira e última parte do livro é composta de três capítulos e aborda a categoria das autonomias no universo da imaginação e prefiguração de “outros mundos”, com base em alguns estudos de casos. Hernán Oviña inicia essa parte com o capítulo “Prefiguraciones y autonomias em Abya Yala”. A autonomia é vista pelo lado do fazer, das práticas colaborativas, do diálogo de saberes, num processo de desmercantilização das relações sociais. Antônio Gramsci (1891-1937) é uma das fontes de inspiração. Polemiza-se com várias concepções de autonomia, com a visão autonomista,

isolacionista, assim como a autonomia vista só pelo lado econômico. Preconiza-se que o vínculo ou as relações político-estatais deveria ser uma participação contra-hegemônica, antagônica, uma nova cultura política militante, e não apenas isolar-se do Estado porque isso não garante potencialidade para ensaiar práticas socialistas e outras. Sugere-se descolonizar os movimentos populares como intelectuais coletivos, observar a cultura oral que mobiliza e impulsiona tanto grupos de mulheres que acampam em frente de um Ministério estatal para exigir melhorias nos bairros, como as práticas comunitárias de economia autogestionária de alimentos, artesanatos etc., num universo que o autor denomina como democracia comunitária.

Cassio Brancalone e Gaya Makaran, autores do segundo capítulo da terceira parte, abordam o autogoverno do mundo popular e indígena sob a perspectiva de um horizonte emancipatório, onde existe autodeterminação territorial, costumes, modo de vida etc. A autodeterminação é a consciência de uma coletividade capaz de se apresentar como personalidade histórica, que pretende conduzir o próprio destino. Analisa-se também os impasses de uma episteme política baseada no essencialismo estado-cêntrico, realizando uma leitura libertária da questão democrática moderna e contemporânea. Autores clássicos do anarquismo, como Proudhon (1809-1865), e contemporâneos, como Foucault (1926-1984) e Castoriadis, são bases dos argumentos nas análises. Concluem que as autonomias indígenas são expressões da resistência anticolonial à forma Estado e à forma capital. Chiapas e os zapatistas são analisados nesse capítulo como exemplo do “bom governo”, sendo autogoverno, autogestão e autorregulação, as ferramentas das experiências analisadas.

O último capítulo, do professor Luís Tapia, aborda a questão dos limites da autonomia por meio de uma análise histórica sobre o processo de colonização na América Latina e o tipo de inclusão dos povos originários indígenas nos Estados-países que foram se constituindo em Estados-nações. As populações indígenas foram integradas na condição de súditos políticos, e não como cidadãos; não foram reconhecidas em termos de igualdade, mas sim de subalternidade, sem reconhecimento de suas culturas, suas autonomias, suas nações linguísticas diferentes, com estruturas sociais e políticas diferentes das existentes antes da chegada dos europeus. Tapia recupera o processo histórico de constituição da autonomia dos povos indígenas na Bolívia, no Peru e no México (com os zapatistas), idealizando-o como projeto macro para um povo, uma coletividade ou conjunto de povos, que compartilham a mesma cultura, concepção de mundo e história, emergindo através da constituição da autonomia política, intelectual e moral dos sujeitos de subalternos para sujeitos de direitos. Autonomia como autogoverno, destacando também a autonomia intelectual e moral, nos fundamentos de Gramsci, em que há algum tipo de processo de organização e de articulações. Reconstituição de territórios e de estruturas de autoridade originária são fases do processo. Vai muito além da mera descentralização política no seio de estruturas estatais homogêneas, com projetos e reformas dentro dos estados existentes. O importante é o processo de autonomia envolvendo reconhecer a organização social e política dos territórios e das culturas indígenas, autonomias comunitárias, em estados plurinacionais democráticos e interculturais.

Concluo esta resenha sobre um livro fundamental no campo das ações coletivas tipo movimentos, coletivos ou organizações comunitárias com uma frase dos organizadores do livro, na apresentação: “trata-se de um convite ao exercício da imaginação radical” (OLIVEIRA; DOWBOR, 2023, p. 24).

